

"Após ação da PF no Pará, garimpeiros culpam indígenas e enviam carta com ameaças", *Amazônia*, São Paulo, Brasil, 14 de septiembre de 2022.

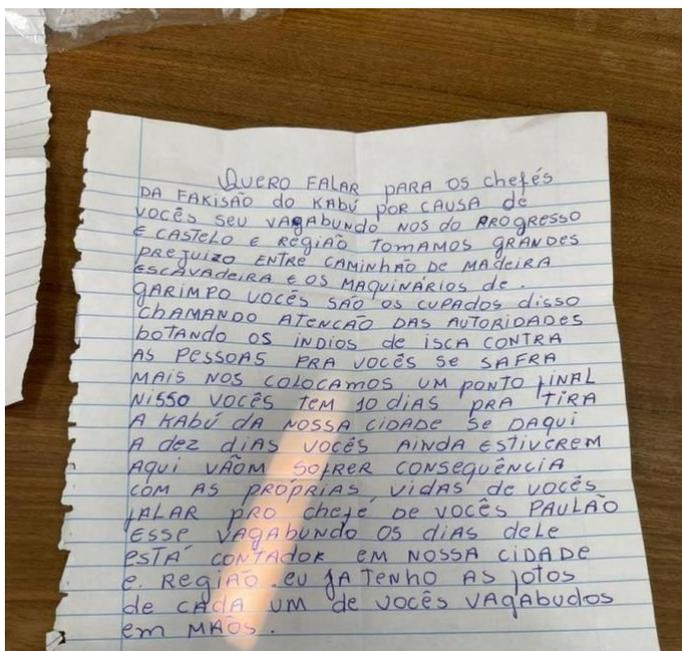
Consultado em:

<https://amazonia.org.br/2022/09/apos-acao-da-pf-no-para-garimpeiros-culpam-indigenas-e-enviam-carta-com-ameacas/>

Fecha de consulta: 17/11/2023.

Em carta escrita à mão, garimpeiros exigem que instituto saia da cidade e ameaça a vida das lideranças

Após ação da Polícia Federal (PF) contra o garimpo e desmatamento ilegal em Novo Progresso, Pará, o Instituto Kabu, que reúne indígenas de 11 aldeias das Terras Indígenas Baú e Menkragnoti, recebeu uma carta anônima que ameaça indígenas e líderes locais por conta da operação da polícia.



Na carta escrita a mão, a pessoa culpa os povos indígenas pelas ações policiais realizadas na região que destruíram equipamentos de atividades ilegais. “Vocês são os culpados (sic) disso chamando a atenção das autoridades”, afirma o texto.

Além disso, eles dão um prazo de dez dias para que a Instituição feche as portas e fazem ameaças às lideranças e indígenas: “vocês tem

dias para tira (sic) a Kabu da nossa cidade. Se daqui a dez dias vocês ainda estiverem aqui vão (sic) sofrer consequência com as próprias vidas de vocês”.

No mês passado, a região de Novo Progresso foi alvo de uma ação da Polícia Federal, Ibama e Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), Força Nacional e Polícia Rodoviária Federal, intitulada Operação Guardiões do Bioma. Alguns dos equipamentos usados nas ações ilegais foram queimados, o que é permitido pela lei, mas a destruição de máquinas sempre foi criticada pelo presidente Jair Bolsonaro.

O Instituto Kabu reúne aldeias das Terras Indígenas Baú e Menkragnoti, localizadas no sul do Pará, onde vivem 193 famílias. A organização atua na proteção do povo Kayapó Menkragnoti.

Em [nota de esclarecimento](#), o Instituto rechaça as ameaças que os representantes, funcionários e familiares vêm recebendo relativas à sua suposta responsabilidade por operações da PF. Eles afirmaram que não possuem “qualquer tipo de ingerência sobre órgãos governamentais e nem poderes sobre as ações” e que já acionaram “as autoridades competentes para que busquem os responsáveis e garantam o cumprimento da lei”, afirma a nota.

Fonte: Amazônia.org.br